

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.157 - SP (2019/0301980-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
FELIPE AUGUSTO PERES PENTEADO - SP273113  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUCAS DE OLIVEIRA FRANCO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS DE OLIVEIRA FRANCO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 1500758-22.2018.8.26.0535)).

Consta dos autos que o paciente foi, em primeiro grau de jurisdição, condenado, como incurso no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, a 4 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado (e-STJ fls. 16/22).

Extrai-se da denúncia que (e-STJ fl. 14):

*Consta do incluso inquérito policial que, no dia 21 de novembro de 2018, por volta das 12h40min, na Travessa Lucrécia, por volta do n.º. 50, Bananal, nesta cidade e comarca de Guarulhos, LUCAS DE OLIVEIRA FRANCO, qualificado a fls. 04, trazia consigo, para fins de entrega a consumo de terceiros, 300 (trezentos) invólucros contendo cocaína (63,9g - sessenta e três gramas e noventa decigramas - líquidos) e 100 (cem) porções de maconha (249,8g - duzentos e quarenta e nove gramas e oitenta decigramas - líquidos), sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, conforme auto de apreensão a fls. 10/11 e laudo preliminar de constatação a fls. 13/18 (grifei).*

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso defensivo apenas para reduzir a pena-base, sem que tal ato, no entanto, tenha repercussão da sanção definitiva imposta ao ora paciente (acórdão de e-STJ fls. 37/40)

Na presente impetração, alega a Defensoria Pública que o paciente tem direito ao regime menos gravoso.

Requer, liminarmente e no mérito, a fixação de regime menos gravoso

# Superior Tribunal de Justiça

para cumprimento da reprimenda. (e-STJ fls. 6/7).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, notadamente porque a decisão proferida pelo Tribunal de origem fez menção a elementos concretos para aplicação do regime mais gravoso (e-STJ fl. 40).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau informações atualizadas sobre o feito objeto do presente *writ*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada acerca de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

